



**Município de Campo Bom  
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil**

**LEI MUNICIPAL Nº 4.764/2018, de 24 de abril de 2018.**

**DÁ NOVA REDAÇÃO AO “CAPUT”, E AOS §§ 1º, 2º, 3º E 4º, INSERINDO O § 5º e 6º, DO ART. 62, DA LEI MUNICIPAL Nº 4.125, DE 18 DE MARÇO, DE 2014 E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**LUCIANO LIBÓRIO BAPTISTA ORSI**, Prefeito Municipal de Campo Bom, no uso de suas atribuições legais, tendo a Câmara Municipal de Vereadores, aprovado, sanciona a seguinte:

**L E I:**

**Art. 1º** - O “caput” do art. 62, da Lei Municipal nº 4.125, de 18 de março de 2014 passa a ter a seguinte redação:

*“Art. 62. É obrigatória a concessão e o gozo de férias, nos 12 (doze) meses subsequentes à data em que o servidor tiver completado o período aquisitivo de férias.”*

**Art. 2º** - Os parágrafos 1º, 2º, 3º e 4º do art. 62, da Lei Municipal nº 4.125, de 18 de março de 2014, passam a ter a seguinte redação:

**“Art. 62. ....**

**.....**

*“§ 1º. As férias poderão ser concedidas, em até 03 (três) períodos, desde que os mesmos não sejam inferiores a 10 (dez) dias e os restantes menores do que 05 (cinco) dias;*

*“§ 2º. Anualmente, até o dia 30 de julho, o Poder Executivo Municipal organizará os Plano de Férias, para o exercício seguinte, levando em consideração, as necessidades da Administração Municipal, fazendo constar a manifestação do servidor sobre o seu desejo de fracionar o período de gozo”.*

*“§ 3º. Fica vedada a concessão de férias, iniciando-se em finais de semana, feriados ou até 02 (dois) dias antes destas ocorrências;*

*“§ 4º. Havendo interesse público, devidamente justificado, ou em caso de situação de emergência ou calamidade pública, decretada por ato do Chefe de Poder Executivo, o gozo das férias poderá ser suspenso ou interrompido.”*

**Art. 3º** - Ficam acrescidos os parágrafos 5º e 6º ao art. 62, da Lei Municipal nº 4.125, de 18 de março de 2014, com a seguinte redação:

**“Art. 62. ....**

**.....**



**Município de Campo Bom  
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil**

*“§ 5º. Em caso interesse público, devidamente justificado, o gozo de férias poderá:*

*I – ser concedido, de forma proporcional ao período aquisitivo incompleto de 12 (doze) meses, na proporção de 1/12 (um doze avos) por mês de serviço, reiniciando-se a contagem de novo período aquisitivo;*

*II – conceder férias coletivas, a todos os servidores, ou a servidores de determinado setor, sem prejuízo das atividades tidas como essenciais;*

*§ 6º. Na hipótese, de a proporcionalidade descrita no inciso II, do § 4º, restar em fração de dia, o servidor terá direito ao dia completo de férias.”*

**Art. 4º.** Esta Lei, entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO BOM, 24 de abril de 2018.

LUCIANO LIBÓRIO BAPTISTA ORSI,  
Prefeito Municipal.

Registre-se e publique-se.

PEDRO PAULO GOMES,  
Secretário Municipal de Administração.